TRABALHO ALIENADO, CAMPO E RESISTÊNCIA

Larissa Dulce Moreira Antunes[1]

Resumo

O presente ensaio tem como finalidade discutir o conceito de trabalho alienado e suas manifestações no mundo rural. Para a elaboração deste artigo foi necessário a imersão nas obras marxiana intitulada de: "Manuscritos econômico filosóficos (1844)", "Trabalho Assalariado, Capital e Lucro(1849)" e a "Introdução a Crítica à Economia Política (1857)". A partir da compreensão do conceito, propõem-se observar de que modo ele é perceptível na sociedade rural. Por fim, o ensaio aborda as formas de resistência (em especial o buen vivir) por parte da população campesina e indígena ao trabalho alienante.

Palavras-chave

Trabalho alienado, Marx, Buen Vivir.

Abstract

The present study aims to discuss the concept of alienated labor and its manifestations in the rural world. For the elaboration of this article it was necessary to immerse in Marxist works entitled "Economic and Philosophic Ma-

[1]Universidade Federal de São João Del Rey

nuscripts (1844)", "Wage Labor and Capital(1849)" and "A Contribution to the Critique of Political Economy" (1857). Based upon the understanding of the concept, it is proposed to observe how it is perceptible in rural society. Finally, the article approaches the forms of resistance (especially buen vivir) on the part of the peasant and indigenous population to the alienating labor.

Keywords

Alienated labor, Marx, BuenVivir.

Introdução

O que diferencia o homem dos animais? Para os idealistas é a capacidade de pensar, a consciência, para os culturalistas são as manifestações culturais, as mitologias criadas e toda essa teia que circunda as práticas ritualísticas, e, para os materialistas é o pôr teleológico, a práxis ou seja, a capacidade de fazer, transformar.

Karl Marx (1818-1883) pensador de tradição alemão adota uma perspectiva materialista em seus estudos. Nos "Manuscritos Econômicos filosóficos (1844)" ele afirma que o homem é um ser objetivo que carece de coisas materiais . Este ente por si só não é autossuficiente precisa de algo externo a ele. Seja para saciar suas carências básicas elementares: comer, vestir, beber, ou, para se realizar como ser social, ou seja, outros seres vivendo em sociedade.

Deste modo ao se apropriar da natureza sensível e de si mesmo em sua sensibilidade própria, o homem transforma a objetividade natural em objetividade social, em objetos da produção e reprodução do ser social, do gênero humano. Esse por teleológico, dado a partir da atividade social, pois segundo a teoria marxiana nem os objetos humanos são os objetos naturais, tais como se oferecem imediatamente, nem o sentido humano tal como é imediata e objetivamente é sensibilidade humana, objetividade humana. Assim natureza e sentido, portanto, se transfiguram em novas objetividades ao se tornarem humanos.

Essa transformação de natureza em objeto se dá exclusivamente pelo trabalho. O trabalho para a perspectiva marxiana é composto pela força de trabalho gasto e o tempo utilizado nessa ação. O trabalho é fonte de toda riqueza humana. Mas e na sociedade capitalista, o que significa o trabalho?

Trabalho na sociedade capitalista.

Este é um ponto fundamental na argumentação marxiana. A partir do estudo e compreensão do sistema capitalista e dessa economia política burguesa, Marx começa a formular uma teoria que tente ou explique a redução do trabalho humano às atividades mercantis. O trabalho, era visto pela Economia Política exclusivamente como atividade lucrativa, como gerador de valores de troca, levando a depreciação do homem. O ser humano só interessa à Economia Política na qualidade de produtor: ela não conhece outra forma de trabalho que a que se faz por dinheiro.

O ponto central na crítica marxiana consiste em entender o motivo que faz a economia política anular de suas pesquisas o trabalhador. A partir dessa perspectiva economicista, o trabalho torna-se a atividade contraditória dentro do sistema. Mesmo como sujeito social da produção ele, no sistema capitalista torna-se o predicado. E a riqueza produzida, a propriedade privada torna-se o sujeito. E o produto final lhe é estranhado. Este tipo é o trabalho alienado.

Marx (1978) enfatiza que o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção cresce em poder e volume. Nessa lógica, de acordo com o pensamento marxiano, o trabalhador se torna uma mercadoria tanto mais barata, quanto mais mercadorias produz. Assim com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. Segundo a teoria marxiana, o trabalho não produz apenas mercadorias produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção em que produz mercadorias em geral.

A produção da sociedade não tem conexão efetiva com a vida do trabalhador e isso ocorre pois o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como com um objeto estranho. A partir desse pressuposto é, pois, evidente: quanto mais o trabalhador se exterioriza tanto mais poderoso diante dele se

torna o mundo estranho, objetivo, que ele criou, tanto mais pobre se torna ele mesmo e seu mundo interior, tanto menos é dono de si próprio.

A ótica marxiana explicita que a relação direta do homem que produz com o produto de sua produção. E encontra uma inversão na qual o trabalhador se desapropria de si enquanto homem ao produzir o mundo como objetividade estranha a ele. Mas esta relação é apenas a manifestação objetiva da forma como se processa o próprio trabalho: "o produto é, de fato, apenas a síntese da atividade, da produção. Se, por conseguinte, o produto do trabalho é alienação, a própria produção deve ser alienação em ato, a alienação da atividade, a atividade da alienação. O estranhamento do objeto do trabalho apenas sintetiza o estranhamento, a alienação na própria atividade do trabalho" (MARX. 1978)

O estranhamento aparece, assim, como consequência de um movimento no qual o trabalhador produz a alienação como forma de sua atividade ou produz sua atividade como alienação de si. No entanto, a atividade sensível que se realiza a partir da relação entre os homens é a verdadeira vida humana, o verdadeiro ato de nascimento do homem, sua real forma de ser.

Existem com base na perspectiva do autor alemão quatro determinações desveladas a partir do caráter exterior e invertido do trabalhador em relação ao seu produto. A primeira se mostra fenomenicamente: o estranhamento entre trabalhador e produto, sendo apenas expressão concreta da segunda determinação: o estranhamento do trabalhador no interior da atividade produtiva, que significa, necessariamente, (3) o estranhamento do homem em relação ao gênero humano que, por sua vez, se manifesta efetivamente no (4) estranhamento do homem em relação aos outros homens. Conforme o escrito na sua obra:

> o estranhamento do homem, e em geral toda a relação do homem consigo mesmo, se efetiva esse exprime primeiramente na relação dos homens com os outros homens (MARX 1978)

Segundo o próprio autor pelo trabalho estranhado o homem gera não somente sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens estranhos e que lhe são hostis; gera também a relação dos outros homens com sua produção e seu produto e sua relação com estes outros homens. Assim como ele faz de sua própria produção sua privação de realidade, sua punição, e de seu próprio

produto uma perda, um produto que não lhe pertence, igualmente ele cria a dominação daquele que não produz sobre a produção e sobre o produto. Assim torna estranha a si sua própria atividade, igualmente, atribui a um estranho a atividade que não lhe é pertence.

A partir do fato econômico da relação do trabalhador com sua produção, Marx analisou as consequências e o significado dessa relação em sua forma abstrata, segundo ele, como conceito. Ele se volta agora para sua expressão real: «Vejamos ainda como o conceito de trabalho estranhado, alienado deve expressar-se e revelar-se na realidade». Então, se pergunta:

> Se o produto do trabalho me é estranho e se contrapõe a mim como poder estranho, a quem pertencerá então? Se a minha própria atividade não me pertence, se é uma atividade estranha, forçada, a quem pertencerá portanto? (MARX. 1978: 11)

A resposta se apresenta desta maneira pois o ser estranho a quem pertence o trabalho e o produto do trabalho, a cujo serviço está o trabalho e a cuja fruição se destina o produto do trabalho, só pode ser o próprio homem. Sendo assim por intermédio do trabalho estranhado, alienado, o trabalhador gera a relação com este trabalho de um homem estranho ao trabalho e que se encontra fora dele.

Assim a propriedade privada é, pois, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. Chega-se, portanto, à propriedade privada como resultado da análise do conceito de trabalho alienado, isto é, do homem alienado, do seu trabalho estranhado, da sua vida estranhada, portanto, do homem estranhado.

De acordo com Marx, o trabalho alienado é anterior ao estranhamento, enquanto sua base, com a natureza e consigo mesmo e, adiante, afirma que a propriedade privada é, primeiramente, fruto do homem alienado e, em seguida, também "do homem tornado estranho". O homem, o trabalho, a vida tornam-se estranhas a partir da alienação do produto e da atividade.

Nesse sentido, a propriedade privada é o produto da atividade humana apartada do homem. Marx demonstra, assim, que a propriedade privada é consequência do trabalho alienado afirmando, mas que mais tarde essa relação se transforma em ação recíproca. Pois no derradeiro ponto culminante do desen-

volvimento da propriedade privada evidencia-se novamente este seu segredo, a saber, por um lado, que ela é produto do trabalho alienado, e por outro, que é o meio pelo qual o trabalho se aliena a realização desta alienação.

O trabalho alienado é uma forma da exteriorização da vida se realizar. Da mesma maneira, a propriedade privada é uma expressão da apropriação humana abstraída das determinações específicas do objeto. Portanto, "o trabalho alienado resultou para nós em dois elementos que se condicionam reciprocamente ou que são apenas expressões distintas de uma só e mesma relação. A apropriação aparece como estranhamento, como alienação e a alienação como apropriação, o estranhamento como verdadeira naturalização" (MARX. 1978: 48)

Na obra citada acima Marx destaca que o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, e no trabalho se sente fora de si. Quando não trabalha, ele está em casa e quando trabalha não está em casa. O trabalho por sua vez não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Esse trabalho não se apresenta como a satisfação de uma necessidade, e sim um meio de satisfazer outras necessidades exteriores ao trabalho. Segundo Marx: "a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é seu próprio, mas de outro, no fato de que não pertence a si mesmo, mas a outro" (MARX: 1978). Ou seja, no fato de que o trabalho alienado é sua ruína enquanto homem.

Assim para Marx

> o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais - comer, beber, procriar, quando muito, na habitação e no adorno, etc. – e em suas funções humana sente-se como animal. O bestial torna-se humano e o humano o bestial. (MARX. 1978: 52)

A vida no Campo e as formas de sociabilidade

Para o autor Ciro Cardoso (1995) existem características que descrevem de uma forma geral algumas características do campesinato (clássico) . Dentre estes traços comuns podemos citar: (1) Acesso estável a terra – diferentemente

do quilombo, por exemplo, que seria naquele contexto político um lugar ilegal e que poderia a qualquer momento ser destruído e as pessoas presas ou mortas por essa determinada ocupação. (2) Mão de obra essencialmente familiar – apesar de ter-se conhecimento que eventualmente poderiam contar com mão de obra escravizada ou de serem contratada mão de obra assalariada, a maior parte do trabalho era desenvolvida no seio familiar. (3) Autonomia estrutural- ou seja, o camponês que determina o que plantar o que criar e como fazê-los.

As relações de comércio no campesinato clássico eram realizadas a partir de um sistema de trocas simples entre envolvidos. A lógica de circulação de mercadorias não visa a acumulação consequentemente o lucro, o que eles trocam não são exclusivamente bens, e riquezas móveis e imóveis coisa úteis economicamente. Para o antropólogo o que está envolvido na troca é o processo de amabilidade, festas, ritos, serviços militares, mulheres crianças entre outros (MAUS 2003). A economia que se pratica no meio rural é aquela conhecida como economia fechada. A economia fechada é aquela em que o produtor consome o que produz e troca ou vende o excedente e por isso é incompatível com o desenvolvimento capitalista (WANDERLEY 2008).

Diferentemente da sociabilidade urbana, a sociabilidade rural se dá nos bairros. As casas costumavam ficar distante uma das outras e a população se encontravam em momentos de festejos e missas. Era muito comum que os camponeses se ajudassem nas construções de casas dos moradores ou futuros casados , igrejas, etc. Esses momentos de ajuda também eram momentos de se encontrarem, conversarem e interagir. O gênero da vida no campo para Wanderley (2008) baseia-se na coletivização das atividades, a partir da ajuda mútua no trabalho por através dos mutirões. Essa existência coletiva é determinada muitas vezes pela extensão de terras desocupadas, falta de mão de obra e ausência da difusão do dinheiro como denominador comum das relações sociais.

A transição do campesinato clássico para o campesinato moderno, ou seja, a imersão do campesinato na cultura capitalista, foi tratado por vários autores dentre eles: Candido (2001), Brandão (1983) e Wanderley (2008).De maneira geral a expansão industrial produz indiretamente uma crise nos bairros rurais somada a um aumento da densidade demográfica, a preponderância da vida nas

fazendas e a diminuição de terras disponíveis, fazem com que o agricultor possa marchar para os centros urbanos.

Com o avanço do capitalismo o agricultor deixa de ser autossuficiente para dedicar-se a produção de um único produto por conta do preço desse produto no mercado, e pela lógica do mercado, essa dedicação a uma única atividade inviabiliza também a dedicação de atividades ordinárias para sua existência (costura, artesanato, marcenaria) passando a pagar por serviços que o camponês tinha total domínio.

Pelas próprias leis que regem o capitalismo são várias as vezes que o camponês não obtém o lucro esperado. Se ele não recebe o necessário para sua sobrevivência, ele que antes plantava vários alimentos agora compra todos eles, assim se o lucro tido não permite que ele compre algo para complementar sua alimentação, ele precisa proletarizar-se.

Esse processo de urbanização civilizadora do homem rústico impõe um novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicos, posse de certos bens manufaturados, uma nova racionalidade orçamentária, em alguns casos abandono de crenças tradicionais e individualização do trabalho. Este processo resulta em: aceitação total, rejeição total ou aceitação parcial de novos traços (CANDIDO 2001). O que vale salientar é que a cultura camponesa tende a extinguir-se, mas, é capaz de criar formas de resistência que permita que essa categoria social sobreviva. Ir para a cidade é proletarizar-se pois o trabalho alienado domina os centros urbanos. Mas como resistir ao trabalho alienado no campo?

O "Buen vivir" ou "Viver Bem" como força de resistência no campo

Uma das formas de resistência da população indígena camponesa que trataremos aqui será o "Buen Vivir". O "Buen Vivir" é antagônico ao individualismo, lucro, racionalidade, custo-benefício, instrumentalização e objetivação da natureza, além da mercantilização das relações humanas (SÁNCHEZ, 2010). O "Buén Vivir" é um principio constitucional dos estados Plurinacionais (Bolívia,

Equador e Venezuela) e representa uma alternativa do modo de vida pautado numa construção mais solidaria.

O "Buen Vivir apresenta-se como um "projeto autônomo em relação ao mercado e ao Estado" (BRAVO, 2014), que envolvem uma espécie de socialismo comunitarista ou socialismo andino. São expressões econômicas concretas, que para Bravo (2014) , lamentam o rompimento dos sistemas de troca tradicionais deflagrado pelas relações comerciais "modernas" e denunciam que a economia de mercado substituiu comunidades repletas de seres humanos dignos com a "criação de pobres" em seu lugar. O "Buen vivir" não compactua com a ideia de desenvolvimento proposto pelo capitalismo europeu.

Conforme Alberto Acosta (2001), o "Vivir Bien/Buen Vivir" é um conceito em construção: uma ideia surgida a partir do mundo andino e também amazônico que recolhe contribuições de outros locais do mundo. Uma de suas bases histórico-culturais está no mundo indígena e em princípios defendidos por correntes ocidentais subordinadas historicamente. É um conceito chave recuperado para responder problemas com raízes antigas, tais como o fim da pobreza e a conquista da igualdade, ao mesmo tempo em que se busca enfrentar novos problemas relacionados à perda da biodiversidade ambiental e à mudança climática global.

Não se trata de um retroceder puro e simples às ideias de um passado longínquo, E sim, uma busca pelo diálogo com as tradições culturais indígenas, inventando e recriando novas conceitualizações adaptadas às circunstâncias atuais. No diálogo também intervém tradições ocidentais que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante, dentre elas posturas éticas alternativas que reconhecem os direitos da natureza, as contribuições do feminismo como reação à dominação patriarcal e as novas conceitualizações em áreas como a da justiça e do bem-estar humanos.

Porém, a briga contra o capitalismo principalmente é uma tarefa árdua e deve partir para o campo da prática e abandonar, como não fizeram os "neo-hegelianos" o mundo das ideias. Nos países de constituições Plurinacionais, assim como em vários outros, a lei muitas vezes não é aplicada, obedecida e praticada. Mesmo com avanços na ampliação de direitos aos povos indígenas no campo, o Equador, a Venezuela e a Bolívia apresentam seus piores índices de desigualda-

de no meio rural, pois não há efetividade no cumprimento da carta Maior. Os críticos reforçam que, em muitos casos, os índices baixos, incidem na ausência destes projetos e mesmo na desatenção a que estes grupos estão relegados por parte do Estado.

Os índices de pobreza das populações indígenas do campo se dão muitas vezes por fatores comuns entre os três países tais quais: falta de incentivo governamental para práticas de políticas públicas que fomenta a melhoria na qualidade de vida, pouco ou zero ofertas de emprego, ausência de uma reforma agrária efetiva e poucos recursos financeiros são aplicados no interior.

Essa série de fatores somados a outros problemas destes países fomentam a grande migração dessa população do campo para uma intensa migração, principalmente nos países da Venezuela e Bolívia, para os centros urbanos ou para outros países para se proletarizarem.

Buen Vivir e a crítica ao trabalho alienado

> El Buen Vivir, en definitiva, tieneque ver com otra forma de vida, con una serie de derechos y garantias sociales, económicas y ambientales. También está plasmado em los principios orientadores del régimen económico, que se caracterizan por promover una relación armoniosa entre los seres humanos individual y colectivamente, así como com la Naturaleza. Em esencia busca construir una economía solidaria, altiempo que se recuperan varias soberanías como concepto central de la vida política del país (ACOSTA, 2008, p. 38-9)

É esse o ponto de encontro que nos permite fazer essa análise: a questão da natureza. Não é de comum conhecimento, porém a teoria marxiana tratou de discutir sobre esse tema. É importante salientar que atualmente os marxistas contemporâneos quando trabalham com a categoria do trabalho em Marx, tendem a debruçar-se sobre o metabolismo social e ecológico crucial na crítica da economia política marxiana. Para o autor alemão: "O trabalho é, antes de

tudo, um processo entre homens e a natureza, um processo em que o homem, por meio de suas próprias ações, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza." (MARX 1976. Pág. 283).

Essa concepção para Clark e Foster (2011) resulta em duas concepções em relação ao trabalho: o seu caráter social associado a sua reprodução metabólica e o seu caráter ecológico que diz respeito a relação do homem com a natureza. O conceito de metabolismo que foi incorporado à teoria marxiana foi extraído da química e biologia no qual um organismo extrai marearias e energia de seu meio ambiente e os converte (após várias reações) em ingredientes de seu crescimento. E dessa forma pela necessidade há uma interação metabólica entre os humanos e a terra, já que a terra é que fornece as condições básicas da vida humana. O trabalho vem a ser uma "necessidade natural eterna que media o metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, a vida humana em si. (MARX 1976)"

Essa relação exploratória do homem com a natureza se dá com o surgimento da propriedade privada, pois nesse momento tem início a primeira forma de divisão do trabalho, resguardando o trabalho intelectual aos proprietários e o trabalho manual aos trabalhadores. A divisão do trabalho propicia a divisão entre classes dominantes e classes dominadas, sendo a exploração o principal fomentador deste antagonismo social. Com este cenário a natureza deixa de ser o ambiente no qual o ser humano se alega por meio do trabalho e passa a ser um recurso a ser utilizado em benefício daqueles que detém os meios de dominá-la, transformá-la. Em outras palavras, os meios de produção (matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho) passam a ser controlados por uma classe específica e as outras classes, não tendo mais domínio do processo de produção daquilo que é necessário para sua própria subsistência, submetem-se à exploração (ENGELS; MARX, 2007).

É importante salientar que o filósofo alemão não Marx não se opõe ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, porém o que é nocivo neste desenvolvimento cientifico é que ela (no sistema a qual vivemos) está intrinsecamente subordinada aos desígnios do capital.

A partir da teoria marxista é possível salientar que a agricultura capitalista, nas palavras do próprio autor: "perturba a interação metabólica entre homem e a terra, isto é, impede o retorno ao solo dos componentes consumidos pelo ho-

mem sob a forma de alimentos e vestuários, consequentemente dificulta a operação da eterna condição natural de fertilidade permanente do solo"(MARX 1976).

O Buen Vivir aparece como, segundo Tortosa, uma alternativa à

> *[...] insatisfação de necessidades eumanas* básicas"*, associadas, por sua vez, não só a variáveis econômicas, mas ao direito à liberdade, identidade e segurança (TORTOSA pág.21, 2019).*

O marxismo e o Buén Vivír possuem aspectos comuns. Dentre eles podemos citar a crítica ao sistema capitalista e os problemas desencadeados por eles tais quais: a exploração do homem para obter mais-valia, as desigualdades sociais e as formas de sociabilidade provenientes desse sistema. Em relação à produção principalmente no campo ambas as perspectivas propõem que a mercadoria faça sentido ao trabalhador, que ele tenha consciência desses processos e o produto final não lhe seja estranho. Vale salientar também que ambas propõem um respeito ao tempo natural dos alimentos para que possam colhê-los e distribuí-los, sem a necessidade do uso de agrotóxicos e qualquer outro químico que acelera e diminui o tempo da colheita.

O Buen vivir congrega o respeito a diversidade cultural, a soberania dos povos e a natureza. Alcançar o Buen vivir seria possível a partir do momento em que o homem buscasse na natureza sua complementaridade guiado pelo principio de que sua existência não deva ferir a existência de outros seres. O Buen necessita que não haja hierarquização de saberes, de raça e de formas de existência. A realidade latino americana e a africana em especifico não podem ser explicadas com teorias provenientes da Europa

Na teoria marxista, porém a superação do capitalismo e de formas de sociabilidade capitalista se daria com o fim da propriedade privada. A exploração, a divisão de classes e a degradação do homem ocorrem a partir da sua posição dentro do sistema. A superação desse sistema propiciaria com que os seres humanos reestabeleceriam sua ligação com seu corpo inorgânico (a natureza) e com os outros homens por meio do fim da propriedade privada dos meios de produção e, consequentemente, da divisão do trabalho e das classes sociais. Sendo assim o homem não se apartaria mais de sua vida genérica e

passaria a se reconhecer, assim, enquanto ente genérico, que não tem a transformação da natureza condicionada por uma consciência que é alheia à sua e que se reconhece nas relações sociais que estabelece com outros homens (MARX, 1998; 2007).

Dessa maneira, a destruição florestal também da biodiversidade, "coloca em perigo a vida de milhões de pessoas", em especial a vida dos "camponeses e indígenas, que são expulsos para as terras improdutivas e para as grandes cidades para viverem amontoados nos cinturões de miséria" (DAp 473). O que está em questão é o "atual modelo econômico, que privilegia o desmedido afã pela riqueza, acima da vida das pessoas e dos povos" (DAp 473).

O filósofo alemão afirma que o trabalho alienado converte a natureza em algo estranho ao seu gênero humano em um mundo alheio, hostil e contrário ao trabalhador. A apropriação privada propicia uma alienação da natureza porque os meios de vida e de trabalho não lhe pertencem como por exemplo, a terra e as condições de ter acesso ferramentas, tecnologias, auxílios e possibilidades de produzir. O capitalismo coloca exteriores ao homem tudo aquilo que é essencial a sua existência. O consumismo e a alienação acontece com a separação do campo e da cidade, ocasionando o êxodo rural, o inchaço urbano provocando a poluição e depredação sem contar o desmembramento progressivo e radical das fontes da produção dos meios de vida e matérias primas dos centros de consumo.

> Com este argumento se evindencia que Marx no sólo investigó las consecuencias de la explotación capitalista sobre el trabajo humano, sino que también comprendió el daño que el latifundio capitalista provoca sobre la vitalidad del suelo. La gran industria y la gran agricultura explotada industrialmente actuarían como una unidad, una devastando la fuerza de trabajo y otra degradando la fuerza natural de la tierra (EZRA, 2012, p.9).

No sistema capitalista mesmo que um determinado país seja amparado por uma constituição mais progressistas do ponto de vista de concessão de direitos (tal qual a Constituição Plurinacional 2009), o impulso à acumulação aumenta o aquilo que determinamos como metabolismo social da sociedade, ou seja, a exploração e exigências a natureza. Este metabolismo social do capitalismo é cada

vez mais incompatível com o metabolismo natural, que segundo Clarck e Foster(2011) produzindo diversas falhas metabólicas e formas de degradação ecológica nos ciclos e processos naturais , levando uma violação das leis naturalmente impostas de regulação da produção social que mantém as condições da natureza.

Conclusão

O trabalho não produz apenas mercadorias, produz também a si e ao trabalhador como mercadoria. Isso ocorre porque no sistema capitalista o trabalhador não se reconhece no produto e as relações seguem uma lógica de acumulação e lucro, quem não obtém lucro é excluído do sistema.

O trabalho nada pode criar sem a natureza, o mundo externo sensível. Este é o material onde se realiza o trabalho onde ele é ativo e a partir do qual e por meio do qual produz as coisas. A natureza é o corpo inorgânico do homem, isto é, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano.

O trabalho do camponês não é alienado na medida em que ele domina toda sua produção. No entanto a partir do momento que o indígena camponês ou homem do campo precisa relacionar-se com o mercado, este trabalho passa a ser alienado. Como vimos, o capitalismo impõe certas condições para que o trabalhador participe do mercado, ele impõe, molda, dita as regras e transforma a dinâmica da vida. Com a moeda de troca na forma do dinheiro, a produção precisa ser analisada e calculada a fim de contabilizar todos os custos e incluir a mais valia (fator imprescindível no capitalismo).

O "Buen Vivir " aparece como alternativa a lógica economicista pois estão intrínsecas nessa forma alternativa o respeito aos saberes e cosmologia indígena, solidariedade, preservação da natureza e bem estar social. Conceitualmente nos parece uma possibilidade de futuro melhor, mas como é perceptível pela realidade e por tradições teóricas marxistas, o capitalismo pinta todas as cores de uma só tonalidade, isto é, quando estamos inseridos em uma totalidade capitalista resistir ao sistema parece uma tarefa árdua.

Bolívia, Equador e Venezuela apresentam suas principais fontes econômicas o extrativismo, seja de petróleo, gás, mineração, atividades cuja definição encontra-se atrelada a destruição do meio ambiente.

O "Buen Vivir" como alternativa precisa colorir seu pano de fundo mundialmente, pois como nos mostrou Trotsky (1905), a partir dos seus estudos no México e América Latina, a revolução deve ser internacional, radical e permanente. A resistência em pequenos espaços pode ser facilmente engolida pelo capitalismo na sua forma mais sutil ou violenta por isso é preciso que a população tenha consciência de todo esse processo e os governos desses povos se alinhem numa perspectiva de um futuro melhor para sua população e para as a outras efetivamente.

Recebido em 09/09/2019
Aprovado em 30/10/2019

ReferEncias Bibliográficas

ACOSTA, Alberto (2010); "**El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo - Una lectura desde la Constitución de Montecristi**", Policy Paper N° 9, Fundación Friedrich Ebert.

ACOSTA, Alberto (2011); "*Los Derechos de la Naturaleza – Una lectura sobre el derecho a la existencia*", vários autores (Alberto Acosta y Esperanza Martínez – editores); **La Naturaleza con Derechos – De la filosofía a la política**, Abya-Yala, série debate constituyente, Quito.

ACOSTA, Alberto (2011b); "**Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de la misma maldición**", vários autores, Más allá del desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os caipiras de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001

EZRA, Pity. **Lucha de classes: Revista de teoria y política marxista**. Mayo Del 2002. La Paz: Lor-CI/ Liga obrera revolucionária por la cuarta internacional, 2002, p. 8-13.

LOWY, Michael. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. **Actuel Marx,** Paris, v.

LUKÁCS, Georg (2012). **Para a Ontologia do Ser Social I** – Editora: Boitempo.

MARX, Karl (2011). **Grundrisse** - Editora Boitempo. Campinas.

MARX, Karl (2010). **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço, Lucro.** Editora: Expressão Popular.

MARX, Karl (1978). **Manuscritos Econômico-Filosóficos** – Editora: Abril Cultural.

MAUSS, Marcel. "*Ensaio sobre a Dádiva*". In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MÉSZÁROS, István. *Política radical e transição para o socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx*. In: CHASIN, J. (Org.). **Marx hoje**. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1988.

_____. *Para além do capital*. In: **A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANCHEZ, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. . História Social do Campesinato no Brasil. In: **Uma categoria rural esquecida.** São Paulo, Brasília, 2008. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação).